



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



HABEAS CORPUS Nº: 0191585-1

COMARCA : Barreiros – Vara Única
IMPETRANTE : Múcio José Pereira de Moraes
PACIENTE : Dagoberto Ventura da Silva Júnior
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho
PROCURADOR : Dr. Carlos Alberto Pereira Vitória

232

EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO EM FLAGRANTE. ROUBO QUALIFICADO. EXCESSO DE PRAZO PARA ENTREGA DO INQUÉRITO POLICIAL. RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL SUPERADO. PROCESSO COMPOSTO POR QUATRO RÉUS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS NÃO OBSTAM A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

- I. Recebida a denúncia fica superada a alegação de constrangimento ilegal por ocasião de atraso na entrega do Inquérito Policial. Aplica-se, também, ao caso dos autos, o princípio da razoabilidade, que justifica a dilação do prazo para entrega do Inquérito Policial.
- II. Condições subjetivas favoráveis, não constituem óbice à constrição preventiva, quando presentes elementos suficientes para sua manutenção.
- III. Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE HABEAS CORPUS Nº 0191585-1, NO QUAL FIGURA COMO PARTE O PACIENTE DAGOBERTO VENTURA DA SILVA JUNIOR, ACORDAM OS DESEMBARGADORES COMPONENTES DA TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, À UNANIMIDADE DE VOTOS, EM DENEGAR A ORDEM PLEITEADA, NOS TERMOS DO RELATÓRIO E VOTOS ANEXOS, QUE PASSAM A INTEGRAR ESTE ARESTO.

Recife, 06 de Janeiro de 2010.
Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



HABEAS CORPUS Nº: 0191585-1

233

COMARCA : Barreiros – Vara Única
IMPETRANTE : Múcio José Pereira de Moraes
PACIENTE : Dagoberto Ventura da Silva Júnior
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho
PROCURADOR : Dr. Carlos Alberto Pereira Vitória

RELATÓRIO

O Bel. Múcio José Pereira de Moraes impetrou ordem de *Habeas Corpus* liberatório, com pedido liminar, em favor de **DAGOBERTO VENTURA DA SILVA JÚNIOR**, qualificado às fls. 02, preso em flagrante delito no dia 04 de fevereiro de 2009, apontando como autoridade coatora o Juízo da Vara Única da Comarca de Barreiros-PE. O paciente foi denunciado juntamente com mais três (03) acusados, e responde ao Processo-Crime nº 204.2009.000103-6, por suposta violação ao art. 157, § 2º, incisos I e II do Código Penal (*roubo biquilificado*).

Insurge-se contra a decisão do Juiz de primeiro grau que indeferiu o pedido de relaxamento da prisão em flagrante, fundamentado pelo excesso de prazo em virtude do não cumprimento do previsto no art. 10 do CPP, haja vista o paciente ter sido preso em flagrante no dia 04 de fevereiro de 2009, e a remessa do Inquérito policial à Justiça ter ocorrido no dia 18 de fevereiro do mesmo ano, ultrapassando o prazo legal.

À impetração foram acostados os documentos de fls. 05/35, entre eles a Denúncia e o Auto de Prisão em Flagrante Delito.

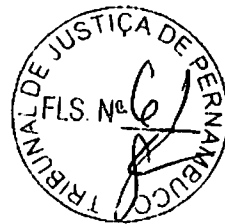
Às fls. 45/46, indeferi o pleito liminar, ocasião em que solicitei as informações à autoridade apontada coatora, que as prestou (fl. 49), relatando o trâmite processual.

A Procuradoria de Justiça Criminal, na pessoa da Dr. Carlos Alberto Pereira Vitória, ofertou Parecer, pugnando pela denegação da ordem.

É o relatório.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



234

VOTO DO RELATOR

Trata-se de *Habeas Corpus* liberatório com pedido liminar, em que o impetrante pleiteia a concessão de Alvará de Soltura em favor de **DAGOBERTO VENTURA DA SILVA**, alegando constrangimento ilegal, concernente ao processo-crime nº 204.2009.000103-6, a que responde juntamente com mais 03 (três) acusados, perante a Vara Única da Comarca de Barreiros-PE, como incurso no art. 157, § 2º, incisos I e II, do CPB.

Consta da denúncia às fls. 06/07 que:

"(...) no dia 03 de fevereiro do corrente ano de 2009, por volta das 18:00h, o segundo e o terceiro acusados, munidos de arma de fogo, abordaram a vítima MAX MARCO PEREIRA PINO na porta da frente da loja Plus Cell, localizada no Centro deste Município, anunciando o assalto e determinando que o ofendido entrasse na loja".

"Ato contínuo, os denunciados renderam as outras vítimas KIRÊNCIA MESIMELITE SILVA CORREA, EMILIA ANTÔNIA DOS SANTOS, ALDA CRISTINA DA SILVA E BRUNO VITOR MARTINS DE SOUZA e enquanto o acusado Dagoberto, utilizando-se da arma de fogo, fazia as vítimas de reféns, o acusado Marlon recolhia os aparelhos celulares das vítimas e da loja".

"Logo após, o denunciado Dagoberto dirigiu-se ao depósito da loja para recolher mais aparelhos celulares, tendo, por fim, ordenado que as vítimas fossem para a parte de trás da loja. Depois da consumação, os indiciados saíram do local em uma moto, que foi abandonada no lixão desta cidade."

O impetrante constrói a defesa do alegado direito de liberdade do paciente, defendendo que ocorreu excesso de prazo ante o atraso na entrega do Inquérito Policial, e que o paciente possui condições subjetivas favoráveis.

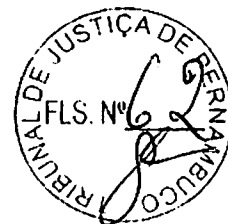
É precisa a afirmação de que a legislação processual penal fixa prazos para a realização do Inquérito Policial e dos atos processuais. No entanto, existem circunstâncias averiguadas ao longo da apuração criminosa, que impedem uma aplicação em caráter rigoroso dos mencionados lapsos temporais, proporcionando atrasos justificáveis da ultimação do rito procedimental.

No caso, diante de condições processuais complexas, é aplicável o princípio da razoabilidade, tendo em vista, inclusive, a quantidade de acusados

jpm/gflim HC. 0194193-5



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



235

(quatro). E, também, a jurisprudência tem decidido no sentido de que, quando a Denúncia é recebida, tem força de afastar o constrangimento ilegal pelo excesso de prazo na entrega do Inquérito Policial, *in verbis*:

"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO NO INQUÉRITO POLICIAL. RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL SUPERADO. EXCESSO DE PRAZO DA INSTRUÇÃO. PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. GRANDE NÚMERO DE TESTEMUNHAS DA DEFESA. EXPEDIÇÃO DE CARTAS DE ORDEM E PRECATÓRIAS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO.

1. O recebimento da denúncia tem a força de afastar a alegação de eventual constrangimento ilegal ocasionado pelo excesso de prazo na conclusão do inquérito policial. Precedente.

(HC 32.820/MA, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 08/06/2004, DJ 02/08/2004 p. 448)

Assim, já oferecida Denúncia, e tramitando a ação penal de forma regular, fica prejudicado o pedido ante o argumento de atraso na entrega do Inquérito Policial. Ainda acerca dos rigores quanto à observação do decênio, comenta Guilherme de Souza Nucci:

"(...) o prazo para a conclusão do inquérito deve ser rigorosamente observado, pois estipulado, com perfeita nitidez, em lei. A jurisprudência tem admitido, atualmente, no entanto, a compensação de prazo, quando evidenciado não ter havido prejuízo ao indivíduo preso. Ver: STJ: "Com o oferecimento da denúncia e seu recebimento, fica superada a alegação de excesso de prazo para o término do IP" (HC 6.741 - PB, 5.ª T., rel. Fláquer Scartezini, 19.03.1998, m.v.). (...)."

(in "Código de Processo Penal Comentado", Editora Revista dos Tribunais, 8ª Edição, 2008, p.99).

Quanto à alegação de condições subjetivas favoráveis ao paciente, a saber, que o paciente é primário, possui bons antecedentes, profissão definida e residência fixa, a jurisprudência tem consolidado que tais condições não constituem óbice à constrição preventiva, nesse mesmo sentido entende STJ, *verbis*:

"(...) Condições pessoais, mesmo que realmente favoráveis, não teriam, em princípio, por si sós, o condão de garantir a revogação da prisão preventiva,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



236

se há nos autos elementos suficientes a demonstrar a necessidade da sua manutenção.

5. Ordem denegada."

(HC 101.600/PB, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 28/10/2008, DJe 24/11/2008)

Diante do exposto, e em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça Criminal, **denego a ordem.**

Recife, 06 de 01 de 2010
Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator